

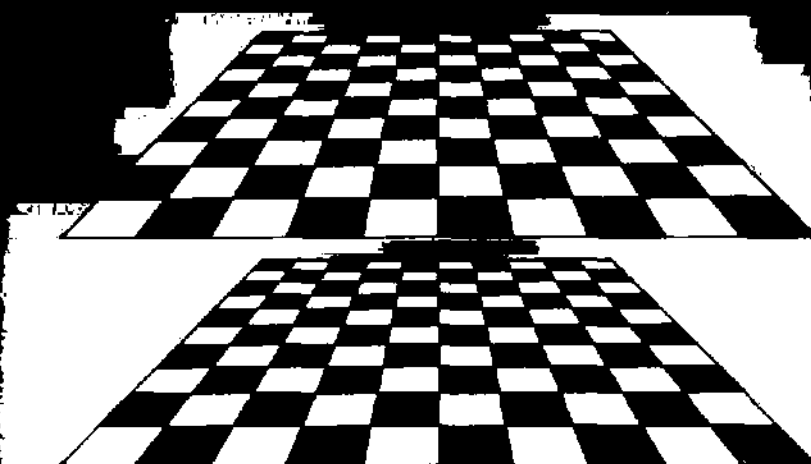
CIBEC/MEP



B0010711

# DO ENSINO DE 2º GRAU

PERSPECTIVAS - DIRETRIZES



3.5 (81)  
323d

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
DEPARTAMENTO DE ENSINO MÉDIO  
BRASÍLIA - 1975

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

MEC/INEP  
SIBE - CIBEC

# DO ENSINO DE 2º GRAU

## PERSPECTIVAS - DIRETRIZES

Documento apresentado no "Treinamento de Inspectores de Ensino do Estado de Goiás".

Presidente da República  
ERNESTO GEISEL

Ministro da Educação e Cultura  
NEY AMINTHAS DE BARROS BRAGA

Secretário-Geral  
EURO BRANDÃO

Diretor do Departamento de Ensino Médio  
JOSÉ TORQUATO CAIADO JARDIM

## APRESENTAÇÃO

O Departamento de Ensino Médio, do Ministério da Educação e Cultura, sente-se profundamente honrado em participar das atividades do "Treinamento para Inspetores de Ensino do Estado de Goiás".

Foi com o maior prazer que o.DEM, atendendo a convite da Secretaria de Educação de Goiás, propôs-se a apresentar o tema "Do Ensino de 2º grau — Perspectivas e Diretrizes".

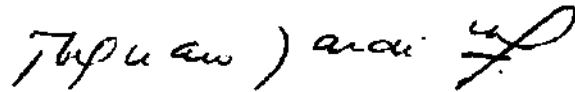
Analisando as "Diretrizes Gerais e Setoriais da Ação do Governo Irapuan Costa Júnior", verifica-se que as preocupações, anseios e objetivos, relativos à área de Educação, estão plenamente compatibilizados com os que foram propostos para o Ensino do 2º grau pelo Exmo. Sr. Ministro da Educação, o eminente Senador Ney Braga, em "Política da Educação, da Cultura e do Desporto", quer nas linhas de ação — preventiva, maximizadora, de coerência e corretiva — quer nas metas qualitativas das quais destacam-se:

1. favorecer e criar estímulos para ultimar a opção terminalidade;
2. ampliar o conceito de profissionalização, entendendo-a como "educação para o trabalho";
3. condicionar a implantação definitiva do sistema à realização dos estudos de mercado de trabalho;
4. explicitar e instrumentar a opção continuidade;
5. transferir para programas de treinamento em serviço a especialização final;

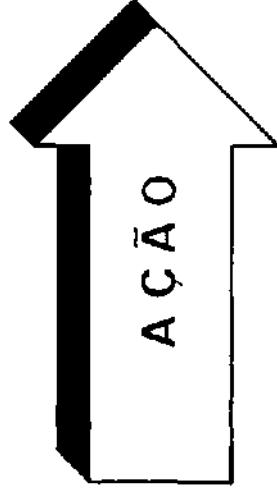
6. articular-se com a universidade para entrosamento de sua ação profissionalizante.

Dentro dessas diretrizes o DEM orienta suas ações, prestando cooperação técnica e financeira às Unidades Federadas.

Pela oportunidade que é oferecida ao DEM/MEC, em trocar experiências com a brilhante equipe da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Goiás, tão bem dirigida pelo emérito educador Dr. Hélio Naves, o nosso agradecimento.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Torquato C. Jardim' with a stylized flourish at the end.

Prof. J. Torquato C. Jardim  
Diretor-Geral



PREVENTIVA

COERENTE

MAXIMIZADORA

CORRETIVA

<b>1</b>	INTRODUÇÃO
<b>2</b>	O ENSINO DE 2º GRAU
<b>3</b>	PAPEL DO DEM
<b>4</b>	DIFICULDADES
<b>5</b>	DIRETRIZES
<b>6</b>	PSEC/75-79 - DEM
<b>7</b>	PROGRAMA QUINQUENAL/GO
<b>8</b>	PLANO OPERACIONAL-GO/1975
<b>9</b>	CONCLUSÃO



## I. INTRODUÇÃO

Os Inspetores de Ensino, previstos como especialistas na Lei 5.692/71, têm novo papel a cumprir no contexto educacional: orientar os estabelecimentos de ensino na consecução dos objetivos globais da educação no Estado.

O ensino de 2º. grau, que foi radicalmente reestruturado a partir da referida Lei, vem apresentando sérias dificuldades, para sua implantação. Neste trabalho, a partir do novo conceito desse nível de ensino, o DEM procura desenvolver considerações que possam subsidiar a ação dos Inspetores no seu papel de elemento de ligação entre a administração e execução, proporcionando condições de melhoria da produtividade do processo ensino-aprendizagem no 2º. grau.

<b>1</b>	INTRODUÇÃO
<b>2</b>	O ENSINO DE 2º GRAU
<b>3</b>	PAPEL DO DEM
<b>4</b>	DIFICULDADES
<b>5</b>	DIRETRIZES
<b>6</b>	PSEC/75-79 - DEM
<b>7</b>	PROGRAMA QÜINQÜENAL/GO
<b>8</b>	PLANO OPERACIONAL-GO/1975
<b>9</b>	CONCLUSÃO

O  
E  
N  
S  
I  
N  
O  
D  
E  
2º  
G  
R  
A  
U

OBJETIVOS

FUNÇÕES

CARACTERÍSTICAS

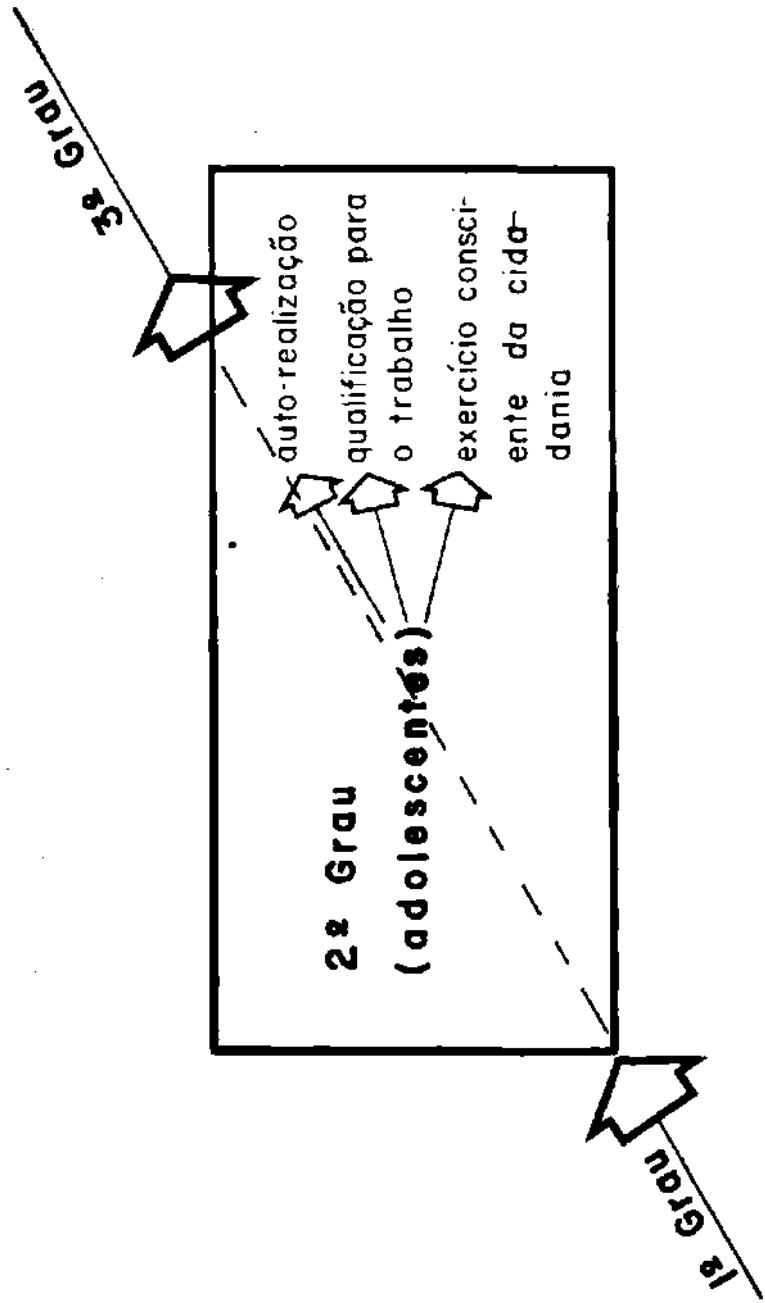
## 2. O ENSINO DE 2º GRAU: OBJETIVOS, FUNÇÕES E CARACTERÍSTICAS

Com o advento da Lei 5.692/71, surge no Brasil o ensino de 2º grau com características e funções relevantes dentro do plano político-social brasileiro. Tem como objetivo a formação integral do adolescente, através do desenvolvimento de suas potencialidades, numa perspectiva tríplice:

- um aspecto individual de auto-realização;
- um outro, individual e social, de qualificação para o trabalho;
- e um terceiro, predominantemente social, de preparo para o exercício consciente da cidadania.

O segundo grau, na estrutura educacional brasileira, é mais que simples aperfeiçoamento do primeiro grau ou mero fornecedor de clientela para o terceiro. Educar o jovem integralmente é desenvolver as três dimensões antes referidas. Para este grande objetivo, a escola tem que se organizar para novas funções, uma das quais é preparar para o trabalho: "função de terminalidade", e a outra, que não se pode perder de vista, é a de possibilitar ao educando a consecução de objetivos pessoais mais amplos: "função de continuidade". Duas grandes funções, para uma escola nova, face a novos objetivos educacionais.

Entre ambas as funções deve haver complementaridade, já que constituem partes de um mesmo todo:



- formação profissional, constituindo dimensão da personalidade do jovem, parte integrante de suas preocupações e de sua visão do mundo;
- educação geral, objetivando cultivar e desenvolver sua inteligência, a fim de colocá-la em harmonia com a vida.

A grande complexidade do momento educacional brasileiro reside no assumir destas funções, implantando o ensino de 2º grau no País. Constitui, portanto, essa tarefa, um verdadeiro desafio às escolas médias de todo o território nacional — elas têm de refazer-se *no todo*, para fazer-se segundo grau.

O Ensino de 2º grau pode ser visto, sob dois ângulos. De um lado, o que oferece as habilitações em nível de técnico e de auxiliar técnico, de acordo com o proposto no Parecer nº 45/72; de outro, o que oferece habilitações básicas: Parecer nº 76/75.

O primeiro assegura um caráter formativo — profissionalizante. Formativo, porque visa integrar o educando em sua comunidade local, na sociedade nacional e em seu tempo histórico; profissionalizante, porque o capacita ao exercício de uma profissão, inserindo-o na força de trabalho.

O segundo, também formativo-profissionalizante, acrescenta um outro conceito de habilitação profissional: "um preparo básico para iniciação a uma área específica de atividade em ocupação que, em alguns casos, só se definirá após o emprego". Trata-se de mais uma opção que, a partir de uma sólida educação geral, possibilita o ingresso no mundo do trabalho ou a continuidade, com uma melhor perspectiva, em estudos superiores. Esta modalidade de habilitação centra-se em conhecimento tecnológico básico e amplo de determinada área com uma parte operacional reduzida, a ser realizada em salas-ambiente ou laboratórios específicos.

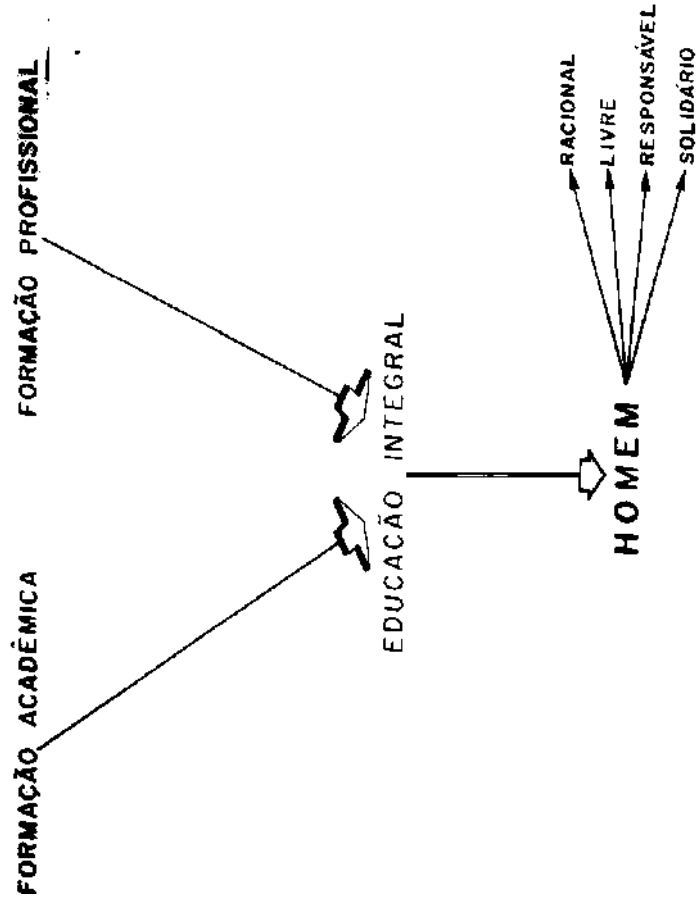
O novo conceito de habilitação está fundamentado na constatação de que dificilmente a escola poderá habilitar o

indivíduo para o exercício de uma ocupação apenas. Na prática, a ocupação só se define após a conclusão do curso, por ocasião do emprego, com o treinamento profissional.

A partir do estabelecido nestes dois Pareceres, os alunos de 2º grau podem escolher entre três opções de estudos em nível de técnico, de auxiliar técnico ou de habilitação básica assim caracterizadas:

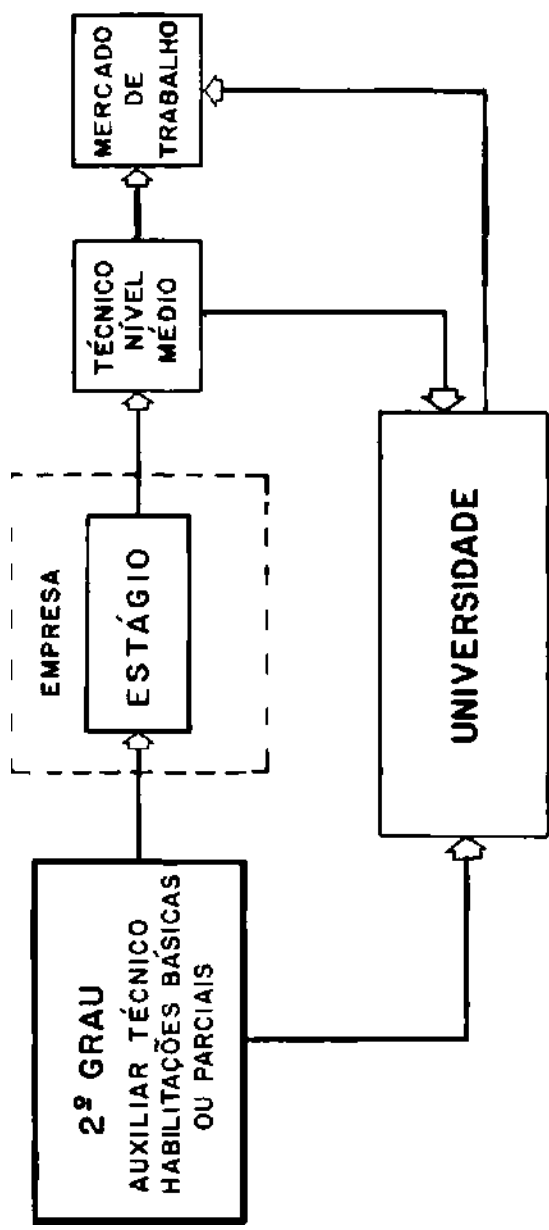
- em nível de técnico — preparo para o exercício de uma ocupação que envolva maior soma de conhecimentos técnicos, complementados por uma grande parte operacional;
- em nível de auxiliar técnico - preparo para o exercício de uma habilitação parcial que requer menor soma de conhecimentos específicos dessa ocupação e igualmente uma menor parte operacional;
- em nível de habilitação básica — preparo para determinada área de atividade que requer conhecimentos tecnológicos básicos e amplos, sem prévia definição em relação à ocupação na empresa.

2º GRAU — SÍNTESE





## TERMINALIDADE X CONTINUIDADE



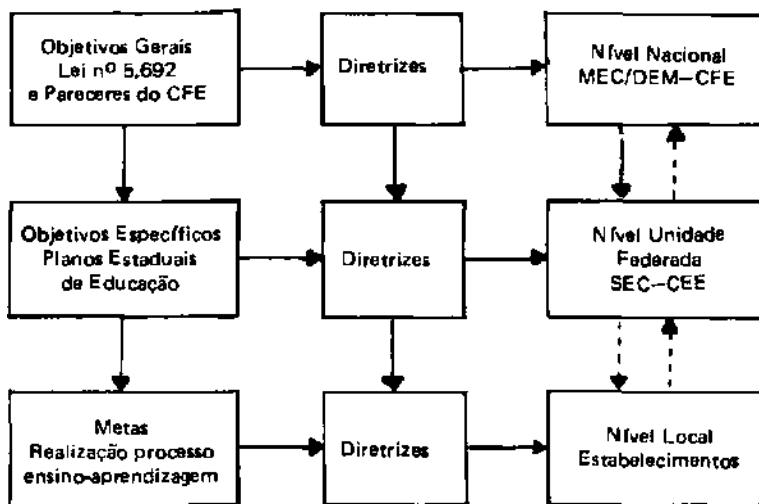
1	INTRODUÇÃO
2	O ENSINO DE 2º GRAU
<b>3</b>	PAPEL DO DEM
4	DIFICULDADES
5	DIRETRIZES
6	PSEC/75-79 - DEM
7	PROGRAMA QUINQUENAL/GO
8	PLANO OPERACIONAL - GO/1975
9	CONCLUSÃO

## PAPEL DO DEM NA IMPLANTAÇÃO DO ENSINO DE 2º GRAU

No VNI Encontro de Secretários e Presidentes de Conselhos de Educação, o DEM apresentou documento com sugestões de estratégia para implantação do ensino de 2º grau.

No referido documento, o Departamento de Ensino Médio pretendeu colaborar com as Secretarias de Educação das Unidades Federadas para a continuidade da implantação da Lei 5.692/71. Foram levados em consideração aspectos referentes aos níveis de administração do ensino e os papéis a serem desempenhados pelos mesmos:

"Se, para efeito de raciocínio, considerar-se o ensino de 2º grau como subsistema do sistema nacional de educação e houver preocupação com os níveis de sua administração, conclui-se que, em cada nível, existe um conjunto de instituições orgânicas com papéis relevantes a cumprir. Por exemplo, em nível nacional, o Departamento de Ensino Médio do Ministério da Educação e Cultura desempenha uns tantos papéis; na Unidade Federada, as Secretarias de Educação, outros e, em nível local, os estabelecimentos de ensino desempenham os seus.



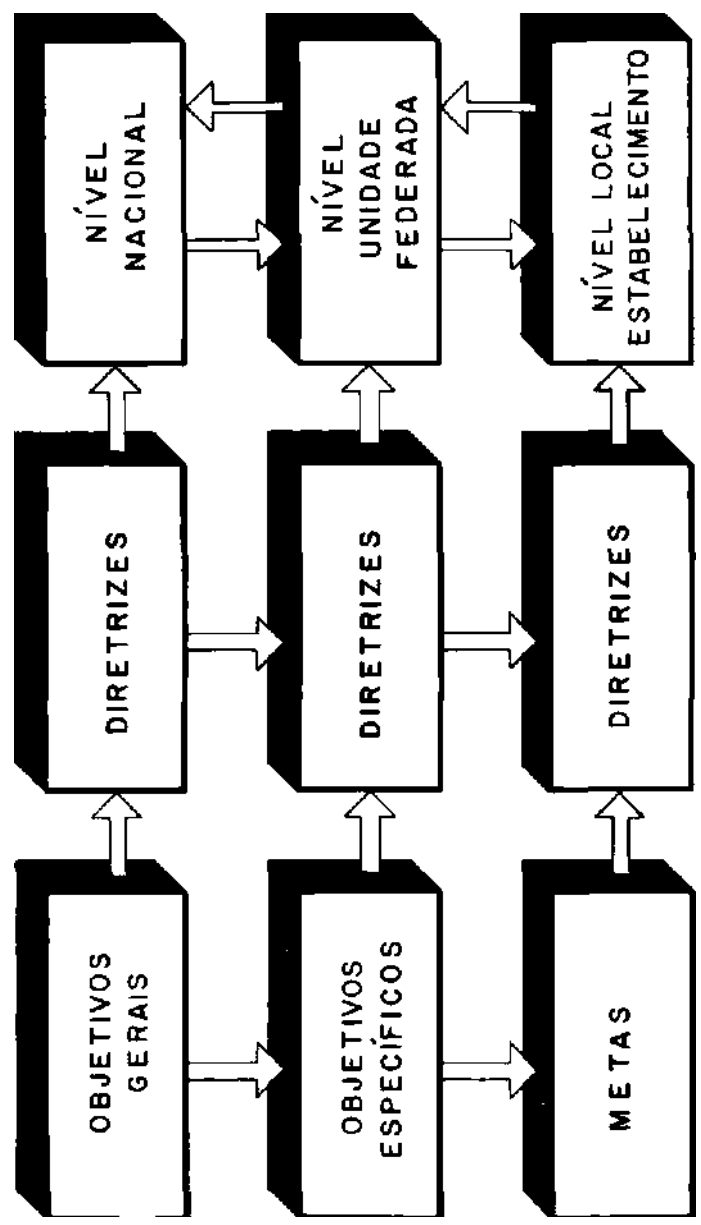
- Hierarquia dos objetivos e diretrizes Integração dos níveis da administração do subsistema.

Nesse contexto, ao Departamento de Ensino Médio cabe, primordialmente, desempenhar dois papéis:

a) De coordenação

Na medida em que a descentralização aumenta, crescem as necessidades de coordenação, entendida como a função de eliminar arestas, áreas de atrito, superposições desnecessárias etc; fazer convergir recursos e esforços para a consecução dos propósitos do sistema, dos fins comuns, e zelar para que os resultados a serem alcançados estejam de acordo com o que foi planejado. A eficácia da ação coordenadora do DEM/MEC depende da conscientização dos problemas pelos administradores do ensino nos outros níveis.

A descentralização do ensino no Brasil vem, em primeiro lugar, da própria Constituição Federal e, em



P  
A  
P  
E  
I  
S

a.  
COORDENAÇÃO

b.  
COOPERAÇÃO

segundo, da Lei nº 4.024/61. Esta descentralização leva em conta ora o aspecto geográfico, ora o aspecto administrativo e outros, sem ater-se às dificuldades operacionais decorrentes. O fato de cada Estado organizar seu próprio "sistema de ensino" não significa que existam tantos sistemas de 2º grau quantos forem os Estados da Federação. Existe um sistema de ensino de 2º grau no País, administrado em vários níveis, cabendo a coordenação ao nível mais abrangente.

b) De cooperação

Se existe um único sistema de ensino de 2º grau, com vários níveis de administração, e, em cada nível, um conjunto de órgãos com papéis a cumprir, cada órgão, em cada nível, deve despende esforços e recursos na mesma direção: o objetivo a alcançar.

Ao Departamento de Ensino Médio cabe, portanto, cooperar para a implantação do ensino de 2º grau. Às SECs compete administrar o sistema em nível de Unidade Federada, executando seus planos educacionais, com o apoio do MEC (cooperação), e, aos estabelecimentos de ensino, a realização do processo ensino-aprendizagem.\*

\* Sugestões de Estratégia para Implantação do Ensino de 2º Grau

- 1 INTRODUÇÃO
- 2 O ENSINO DE 2º GRAU
- 3 PAPEL DO DEM
- 4 DIFICULDADES**
- 5 DIRETRIZES
- 6 PSEC/75-79 - DEM
- 7 PROGRAMA QÜINQÜENAL/GO
- 8 PLANO OPERACIONAL - GO/1975
- 9 CONCLUSÃO



# DIFICULDADES

## FILOSÓFICAS

INEXISTÊNCIA DE UM CONCEITO DA ESCOLA DE 2º GRAU

RESISTÊNCIA - ALUNOS, PAIS, PROFESSORES

DESVALORIZAÇÃO DO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO

## PEDAGÓGICAS

INEXISTÊNCIA DE CURRÍCULOS ADEQUADOS

OBRIGATORIEDADE DE HABILITAR PROFISSIONALMENTE

DEFASAGEM ESCOLA - EMPRESA

DESARTICULAÇÃO ENTRE O 2º E O 3º GRAU

## RECURSOS HUMANOS

ESCASSEZ DE PESSOAL DOCENTE QUALIFICADO

ESCASSEZ DE PESSOAL TÉCNICO

#### 4 - DIFICULDADES NA IMPLANTAÇÃO DO ENSINO DE 2º GRAU

A partir dessas colocações é que se situam as perspectivas de implantação efetiva do 2º grau. Desde 1972, o Departamento de Ensino Médio tem procurado levantar, através de um trabalho sistemático junto às Unidades Federadas, as dificuldades existentes, estudando-as e classificando-as.

Os dados foram obtidos através do Assessoramento Técnico às Unidades Federadas e das conclusões de três Seminários (dois com os Departamentos de Ensino Médio das Secretarias de Educação e um com Diretores de Colégios de 2º Grau da Rede Particular).

A análise dos dados permitiu configurar uma situação na qual os problemas podem ser agrupados em cinco áreas: Filosófica, Pedagógica, de Recursos Humanos, de Organização Física e de Recursos Financeiros.

O inter-relacionamento das dificuldades é muito grande, mostrando que, se algumas delas forem sanadas, outras deixarão de existir.

Na área filosófica, são relacionadas, entre outras:

- inexistência de um conceito da escola de 2º grau e sua organização didático-pedagógica e administrativa. A escola de 2º grau não é as antigas técnica industrial, agrícola, comercial ou a normal;
- resistência, por parte dos alunos, pais e professores, em aceitar a profissionalização do 2º grau como inerente aos objetivos da escola; e

- desvalorização do técnico de nível médio como profissional e conseqüente busca de "status" em profissões de nível superior.

Na área pedagógica, além dos aspectos específicos, alguns outros pontos impedem o trabalho de planejamento curricular:

- habilitação profissional de toda clientela de 2º grau;
- currículos inadequados aos objetivos do ensino de 2º grau, às necessidades do educando, às características da Unidade Federada, principalmente quanto às tendências sócio-econômicas;
- inexistência de metodologias renovadas para o processo de ensino-aprendizagem que permitam maior produtividade do sistema;
- defasagem e complexidade no relacionamento entre a escola e a empresa;
- falta de articulação entre o 2º Grau e a Universidade, gerando problemas para a formação de recursos humanos adequados.

Na área de recursos humanos, destacam-se:

- escassez de pessoal docente qualificado, principalmente para as disciplinas de formação especial;
- carência de técnicos: administradores, planejadores, orientadores, inspetores, supervisores e demais especialistas de educação.

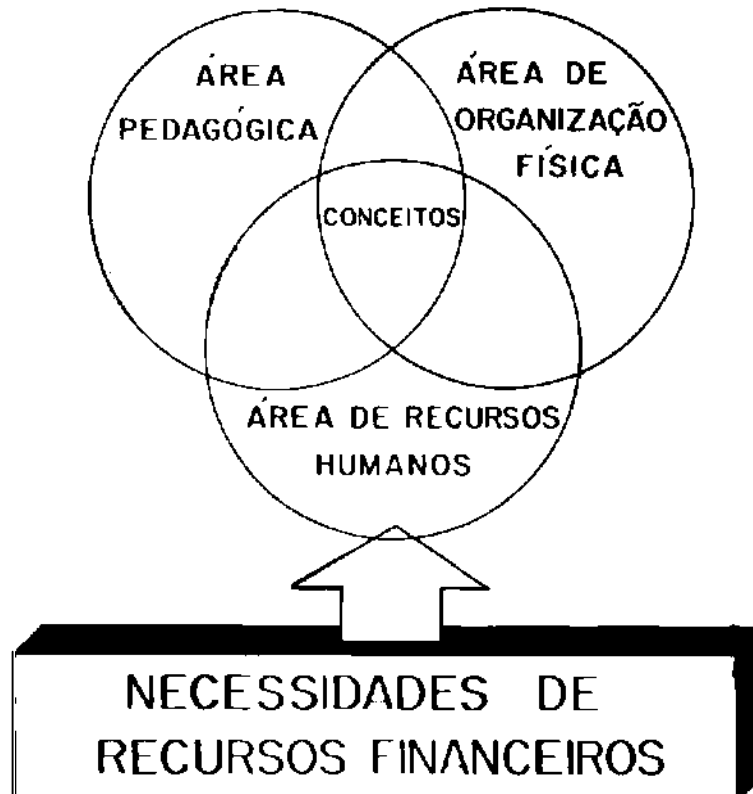
Na área de organização física, os maiores pontos de estrangulamento são:

- ausência de planejamento da rede;
- inexistência de equipamentos apropriados.

Quanto aos recursos financeiros alocados para o ensino de 2º Grau, além da insuficiência, principalmente nesta fase

de implantação em que investimentos vultosos são exigidos, ocorre também a má aplicação.

Sintetizando, poderíamos representar, em gráfico, o inter-relacionamento destas dificuldades



1	INTRODUÇÃO
2	O ENSINO DE 2º GRAU
3	PAPEL DO DEM
4	DIFICULDADES
<b>5</b>	DIRETRIZES
6	PSEC/75-79 - DEM
7	PROGRAMA QÜINQÜENAL/GO
8	PLANO OPERACIONAL-GO/1975
9	CONCLUSÃO

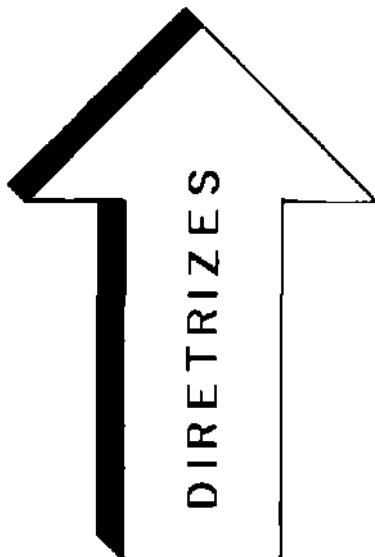
COOPERAÇÃO F-INANCEIRA

CONSTRUÇÕES ESCOLARES

RECURSOS HUMANOS

PEDAGÓGICAS

ORGANIZACIONAIS



## 5. DIRETRIZES DE AÇÃO - SUGESTÕES DE ESTRATÉGIA

O Departamento de Ensino Médio, visando assegurar uma unidade ao seu trabalho, como órgão coordenador do ensino de 2º grau no Brasil, propôs normas que, aprovadas pelo Ministro de Estado da Educação e Cultura, passaram a constituir as suas diretrizes de ação. Estas normas fundamentaram-se em cinco classes de variáveis-organizacionais, pedagógicas, de recursos humanos, de recursos físicos, de recursos financeiros — e são uma tentativa de definir posições para a sua operacionalização.

No que diz respeito aos aspectos organizacionais, o que se pretende é, tanto quanto possível, garantir uma uniformidade de procedimentos e operações. Esforços serão concentrados para que sejam observadas as seguintes diretrizes:

- reformular e/ou atualizar os planos de implantação do ensino de 2º grau, observados os princípios de progressividade e gradatividade;
- preparar modelos adequados para a elaboração de planos e projetos relacionados com o ensino de 2º grau ;
- procurar crescente compatibilização entre os projetos relacionados com o ensino de 2º grau e os programas de desenvolvimento regional;
- dar ênfase à cooperação técnica e financeira às Secretarias de Educação nos serviços de planejamento educacional, currículos para 2º grau, orientação educacional e supervisão pedagógica,

Ao considerar os aspectos pedagógicos, núcleo de toda a renovação, deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

- adequar a oferta e o nível das habilitações profissionais (técnico, auxiliar técnico e habilitação básica) às necessidades locais e aos planos de desenvolvimento do respectivo governo estadual;
- propor aos Conselhos de Educação currículos mínimos das habilitações profissionais, atendendo às tendências da economia e aos perfis profissionais correspondentes;
- promover a realização de pesquisas e experiências necessárias ao aperfeiçoamento do ensino de 2º grau.

Na área de Recursos Humanos, procurando uniformidade de procedimentos que redundem em maior rentabilidade de recursos aplicados e maior velocidade da preparação do pessoal requerido, são diretrizes:

- adequar os programas de aperfeiçoamento e atualização de pessoal docente, técnico e administrativo às necessidades identificadas pelos levantamentos operados na rede escolar;
- incentivar a formação de pessoal técnico, docente e administrativo necessário ao ensino de 2º grau, através de universidades;
- estabelecer meio adequado ao bom aproveitamento do pessoal treinado;
- manter permanente entrosamento (DEM/MEC, SECs e Universidades) para estudo quantitativo e qualitativo dos docentes e especialistas necessários ao ensino de 2º grau.

Na escola de 2º grau, edificações, equipamentos, instalações e mobiliário deverão constituir instrumentos eficazes para a operacionalização dos cursos oferecidos.



A fim de garantir maior rentabilidade dos recursos aplicados nesta área, são diretrizes:

- admitir novas construções escolares quando:  
não houver viabilidade de ampliação ou adaptação das unidades escolares e de aproveitamento de outros recursos existentes na comunidade; os projetos arquitetônicos forem fundados no conhecimento das peculiaridades regionais, nas especificações educacionais pertinentes e compatibilizados com as instalações e equipamentos necessários aos cursos a que se destinam; forem previstos os custos permanentes de manutenção e de pessoal requerido em função delas; estiverem satisfeitos os requisitos legais de propriedade do terreno;
- considerar nos projetos arquitetônicos e nas especificações dos equipamentos e instalações as possibilidades de adequação a situações novas, tendo em vista a afinidade de disciplinas e habilitações profissionais;
- adquirir equipamentos e instalações somente quando:  
atendam às necessidades dos currículos e com a participação das autoridades da administração do ensino (sistemas e estabelecimentos); existam os edifícios específicos a que se destinam.
- remover equipamentos que não mais tenham aplicabilidade em determinadas escolas, para outras que deles possam tirar proveito, através de um sistema de intercâmbio.

A cooperação financeira do DEM às Unidades Federadas far-se-á nos estritos limites das disponibilidades de recursos que forem alocados. Os recursos financeiros deverão ser aplicados prioritariamente em:

- investimentos de capital;
- complementação de investimentos já realizados (obras, equipamentos e instalações);
- projetos que comprovem capacidade de manutenção com recursos próprios.

A alocação de recursos far-se-á de acordo com a capacidade de aplicação dos beneficiários, não superestimando uns e subdimensionando outros.

Estas diretrizes de ação devem nortear a implantação progressiva do ensino de 2º grau, assegurando-se um fluxo correto de operações que permitam a realimentação do processo, inclusive com sua reformulação. A seguir, oferecem-se sugestões de estratégia para a implantação da reforma.

"Deve-se entender por progressividade a escolha de regiões ou áreas geográficas prioritárias em função de necessidades declaradas ou de condições favoráveis em termos de recursos existentes; por gradatividade, a implantação, série por série, até atingir-se em determinado ano-meta, a implantação total de um curso ou habilitação.

Os planos e programas de implantação progressiva e gradativa poderão ser elaborados a partir de dois pontos de referência:

A — Indicadores:

- A.1 — geodemográficos; A.2 — sócio-econômicos; A.3 — culturais.

B — Recursos \*: B.1 — existentes B.2 — a serem gerados \*\*

As Secretárias, evidentemente, manipularão indicadores e recursos, na medida de suas disponibilidades.

\*\* Os recursos a serem gerados podem ser encarados sob dois aspectos: por transformação (atualização de pessoal, adaptações de prédios e equipamentos, etc.) e por obtenção (formação de pessoal, maior participação no orçamento do Estado, etc).

# INDICADORES

ACESSO À  
UNIVERSIDADE

CULTURAIS

OPORTUNIDADE  
DE EMPREGO

NOVOS  
INVESTIMENTOS

POPULAÇÃO PO-  
TENCIALMENTE  
ATIVA

SOCIOECONÔMICOS

DEMANDA DE  
MATRÍCULA

DENSIDADE  
DEMOGRÁFICA

SITUAÇÃO  
GEOGRÁFICA

GEO DEMOGRÁFICOS

## Exemplos de Indicadores

### Geodemográficos:

demanda potencial de matrícula;  
densidade demográfica;  
situação geográfica dos municípios (ou microrregião).

### Sócio-econômicos:

oportunidades atuais de trabalho;  
perspectivas de novos investimentos;  
população total potencialmente ativa.

### Culturais:

possibilidade de acesso à universidade.

### Exemplões de Recursos:

#### Físicos:

quantidade, qualidade e capacidade de prédios  
escolares;  
quantidade, qualidade e capacidade de instalações e  
equipamentos;  
distribuição dos prédios na localidade;  
utilização da comunidade (clubes, igrejas, empresas  
etc).

#### Humanos:

quantidade e qualidade de professores:  
a) nível e qualificação;  
b) oportunidade de preparação;  
c) possibilidade de atualização.

Pedagógicos:

existência de equipe de currículo.

Financeiros:

quantidade de recursos;  
possibilidade de maior participação da SEC no orçamento estadual.

Institucionais:

legislação e normas flexíveis (possibilidade de obtenção);  
uniformidade de normas (todas as SECs) quanto a:  
a) transferências de alunos;  
b) adaptações de cursos;  
níveis salariais e oportunidades de promoção de pessoal (estatuto do magistério e remuneração dos professores da rede particular); estrutura da SEC:  
a) orgânica, em nível de sede;  
b) conselhos comunitários (para envolvimento da comunidade e utilização de seus recursos);  
c) orgânica, em nível estadual (delegacias, distritos educacionais ou outras formas).

Conhecidos os indicadores e recursos existentes e passíveis de obtenção, a SEC está em condições de estabelecer uma programação para implantar progressiva e gradativamente a Lei 5.692/71. Tentemos agora ilustrar possíveis tomadas de decisões a partir do que até aqui foi exposto.

Para efeito de exemplificação de como se utilizariam os indicadores e recursos (diagnóstico), considere-se um Estado, com as seguintes características:

1) região "a" relativamente industrializada (mecânica têxtil, cerâmica. Conta com escola técnica razoavelmente

equipada (laboratórios de química, física etc.) e com estabelecimentos tradicionais. Nas indústrias sediadas na região, encontra-se mão-de-obra altamente qualificada que poderia ser treinada para desenvolver atividades de magistério. Há ainda clubes, igrejas e outros recursos na comunidade.

2) região "b", com oportunidades no setor terciário (comércio e magistério de 2º grau) e grandes oportunidades de acesso à universidade. Dispõe, também de escolas técnicas razoavelmente equipadas (federal). Esta região é pouco desenvolvida industrialmente. Predominam oportunidades de emprego no subsetor comércio e no magistério de 1º grau. Conta com inúmeros estabelecimentos de ensino médio (sistema da lei nº 4.024/61) e grande facilidade de recursos humanos, em moldes tradicionais. A universidade local desenvolve-se rapidamente. Os egressos do 2º grau na região destinam-se, até por força de suas Características, a esta Universidade;

3) região "c", agricultura e indústria alimentícia. Possui uma escola agrícola (federal), uma escola "normal" e grande indústria no subsetor alimentar. Esta indústria mantém clube e adota uma política de incentivos a agricultores e criadores da região. Não há grandes facilidades de recursos humanos qualificados.

As demais regiões do Estado são pouco significativas, no momento.

Quais, então, as decisões que seriam tomadas para implantar o 2º grau neste Estado, a curto prazo?

Para a região "a", recomenda-se oferecer habilitações em nível técnico para o setor secundário, incentivando a escola local, bem como habilitações básicas para o mesmo setor (têxtil, cerâmica etc), face aos indicadores "oportunidades atuais de trabalho" e "perspectivas de novos investimentos", e, ainda, em função de facilidades específicas de recursos existentes e de recursos que podem ser obtidos.

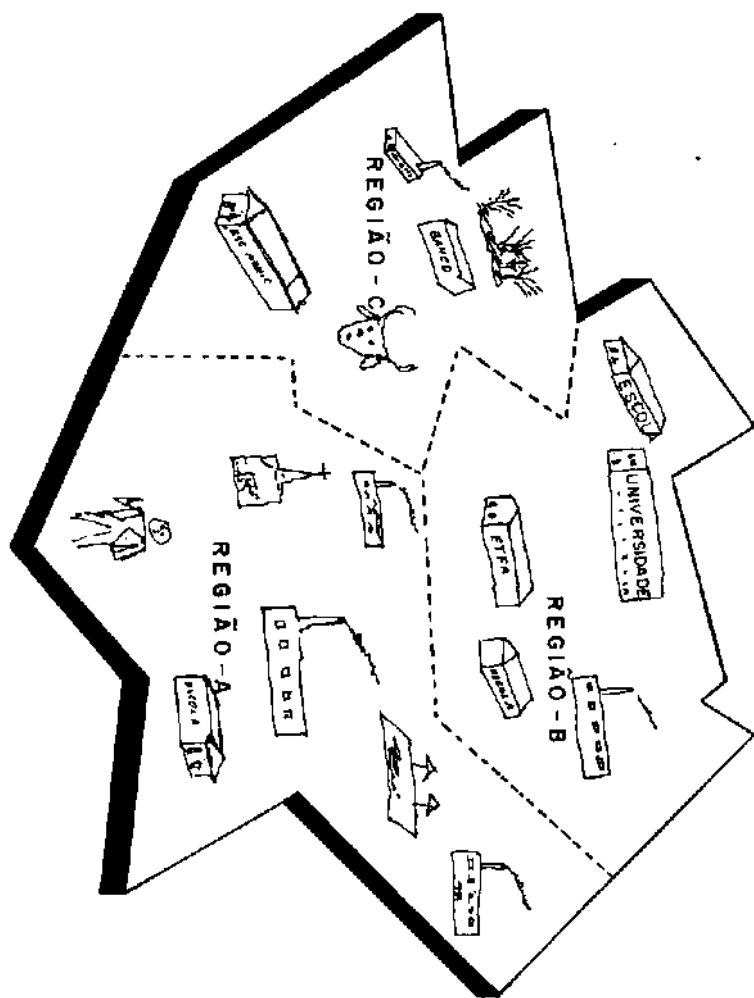
Na região "b", levando-se em conta os indicadores "possibilidade de acesso à universidade", "demanda

potencial de matrícula" e "oportunidades atuais de trabalho", recomenda-se a oferta de habilitações básicas de comércio e habilitação de de magistério para o 1º grau, considerados, também, os recursos da região.

Finalmente, na região "C", em função dos indicadores "oportunidades atuais de trabalho", "situação geográfica do município" e "demanda potencial de matrícula" e, também, considerados os recursos nela existentes e facilidades para obtenção dos mesmos, só se recomenda a oferta de habilitações em nível de técnico (pecuária e agricultura em pequena escala) e habilitação básica de agropecuária e habilitação de magistério para o 1º grau.

O Estado poderia adotar, por exemplo, uma estratégia de incentivo à rede particular para início de experiências de implantação, não obrigando, porém, os estabelecimentos dessa rede a uma implantação inadequada, a curto prazo. Uma outra estratégia seria elaborar um cronograma para a implantação nos estabelecimentos oficiais em regiões prioritárias, face a indicadores, recursos existentes e facilidades de obtenção de novos. Poderia, ainda, fixar prazo para os estabelecimentos particulares efetivarem a reforma, após sua implantação na rede oficial. Concentraria esforços, então, em estratégias de atendimento e cooperação técnica a esses estabelecimentos.

Outro aspecto a ser considerado é a correlação quantidade de técnicos Versus tempo de demanda, face a "perspectivas de novos investimentos". Se um Estado precisa de 180.000 técnicos, em 5 anos, por exemplo, não se iriam construir e equipar escolas para atendimento a tal demanda, sob pena de ociosidade futura. Recomenda-se, então, prever o crescimento vegetativo oriundo dos novos investimentos e projetar o atendimento em função dele. A demanda, nos termos colocados, seria atendida com a concentração de recursos e com a adequação de currículos, métodos e técnicas de ensino. Neste particular, seria necessária a obtenção de normas flexíveis, no sentido de dar-se operacionalidade e validade aos cursos concebidos e aos diplomas conferidos.





Como se pode observar, as sugestões contidas nos exemplos se referem, primordialmente, ao aspecto da progressividade. A gradatividade será determinada de acordo com a estratégia pedagógica adotada pelo sistema de ensino.

Convém repetir que os indicadores e os recursos identificados são meramente exemplificativos. Cada Unidade Federada diagnosticará sua própria realidade.\*

\* in Sugestões de Estratégia para Implantação do Ensino de 2º Grau.

1	INTRODUÇÃO
2	O ENSINO DE 2º GRAU
3	PAPEL DO DEM
4	DIFICULDADES
5	DIRETRIZES
<b>6</b>	<b>PSEC/75-79 - DEM PROGRAMA</b>
7	QÜINQÜENAL/GO PLANO
8	OPERACIONAL - GO/1975
9	CONCLUSÃO

P S E C 7 5 / 7 9

REFORMULAÇÃO DE CURRÍCULO

NOVAS METODOLOGIAS ENSINO - APRENDIZAGEM

CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS  
DE ENSINO DE 2º GRAU

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E FINANCEIRA ÀS  
UNIDADES FEDERADAS

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E FINANCEIRA ÀS  
INSTITUIÇÕES PRIVADAS

INTEGRAÇÃO ESCOLA-EMPRESA

## 6. OS PROJETOS DO DEM NO PLANO SETORIAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA 1975/79

Buscando a solução dos problemas anteriormente referidos, o Departamento de Ensino Médio elaborou oito projetos integrantes do Plano Setorial de Educação e Cultura 1975/79, definindo a sua atuação no quinquênio para a implantação e implementação do ensino de 2º grau no Brasil, bem como corrigir as distorções já identificadas.

Na área pedagógica, dois projetos são considerados de extrema importância: o de "Reformulação de Currículos" e o de "Novas Metodologias de Ensino-Aprendizagem". Através desses Projetos, serão proporcionadas às SECs condições para elaborar e aplicar currículos adequados aos objetivos do ensino de 2º grau, além de assegurar uma melhoria da produtividade do sistema como um todo. É certo que investimentos em outras áreas de 2º grau (rede física, recursos humanos, por ex.) tornar-se-ão pouco significativos se não forem introduzidas medidas de renovação pedagógica de caráter fundamental.

O tratamento técnico-científico do Currículo é condição para impedir a permanência e o agravamento dos problemas existentes, oferecendo subsídios teóricos e experimentais, a partir dos quais possam emergir padrões de desempenho satisfatórios para o sistema educacional.

Paralelamente, a organização do processo ensino-aprendizagem, tendo por base metodologias adequadas a cada conjunto de disciplinas e à produção e utilização dos materiais instrucionais necessários para tal, levará a uma melhor combinação dos insumos utilizados pelo referido

processo, de modo que resulte eficiente e o produto tenha a efetividade desejada

Ainda na área pedagógica, o Projeto "Integração Escola-Empresa-Governo possibilitará a adaptação do aluno ao seu futuro ambiente profissional, bem como propiciará maior intercâmbio dos recursos técnico-científicos disponíveis pela Escola e a experiência empresarial e governamental. Pretende o maior entrosamento dessas experiências, através de mecanismos específicos, oferecendo estímulo à participação da Empresa no processo educacional e obtendo subsídios para a reformulação de currículos, no sentido de maior aproximação da escola ao estágio de desenvolvimento econômico. Assim, o hiato entre a Escola e Empresa brasileira ficará reduzido:

- na fundamentação filosófica e operacionalização dos currículos;
- no posicionamento institucional da Escola face aos demais organismos sociais da comunidade, em que se incluem as empresas;
- no enfoque econômico-social da Educação como fator de desenvolvimento;
- na sintonia dos conhecimentos teórico-práticos ministrados pela Escola e as "gerações" tecnológicas verificadas no ciclo de produção.

Especial enfoque merece o problema de formação e atualização de recursos humanos, uma vez que o êxito da implantação do ensino de 2º grau está na razão direta da disponibilidade de pessoal docente, técnico e administrativo, devidamente qualificado.

O Projeto de "Capacitação de Recursos Humanos" partirá do levantamento das necessidades específicas das Unidades Federadas e estabelecerá as prioridades de atendimento segundo critérios prefixados. Promoverá, então, a habilitação, atualização e/ou aperfeiçoamento de docentes para as áreas de educação geral e formação especial e de especialistas de educação (administradores, planejado-

res, orientadores, inspetores e supervisores. Também serão estudadas formas e processos inovadores de preparação dos referidos recursos humanos para este nível de ensino.

As características específicas do ensino de 2º grau implicam numa organização física que é extremamente complexa, determinada pelas atividades que devem ser exercidas, de acordo com a natureza do conteúdo e da metodologia adequada. Ao planejar-se o ensino, é de primordial interesse que se evite, ou pelo menos se reduza razoavelmente, a ociosidade das dependências.

Os dois Projetos de "Construção e Instalação de Estabelecimentos de Ensino de 2º Grau" objetivam o melhoramento e a ampliação da rede física como um todo, para o atendimento da demanda da população escolarizável. Serão também feitas adaptações da estrutura física de estabelecimentos já existentes, dotando-os de recursos materiais em consonância com as suas necessidades técnico-administrativas e com as do processo ensino-aprendizagem.

Ao mesmo tempo, procurar-se-á assegurar que os projetos arquitetônicos correspondam às peculiaridades regionais, constituindo-se em instrumentos eficazes para a operacionalização dos cursos de 2º grau oferecidos pelas Unidades Federadas.

A cooperação técnica e financeira do DEM, sistematizada a partir da elaboração do Projeto denominado ASTECA (dez 72/jan 73), vem-se realizando de forma direta e indireta às Unidades Federadas, num esforço conjunto MEC/Secretarias de Educação para implantação do ensino de 2º grau. Esta cooperação, determinada pela Constituição Brasileira, é também ressaltada na Lei 5.692/71.

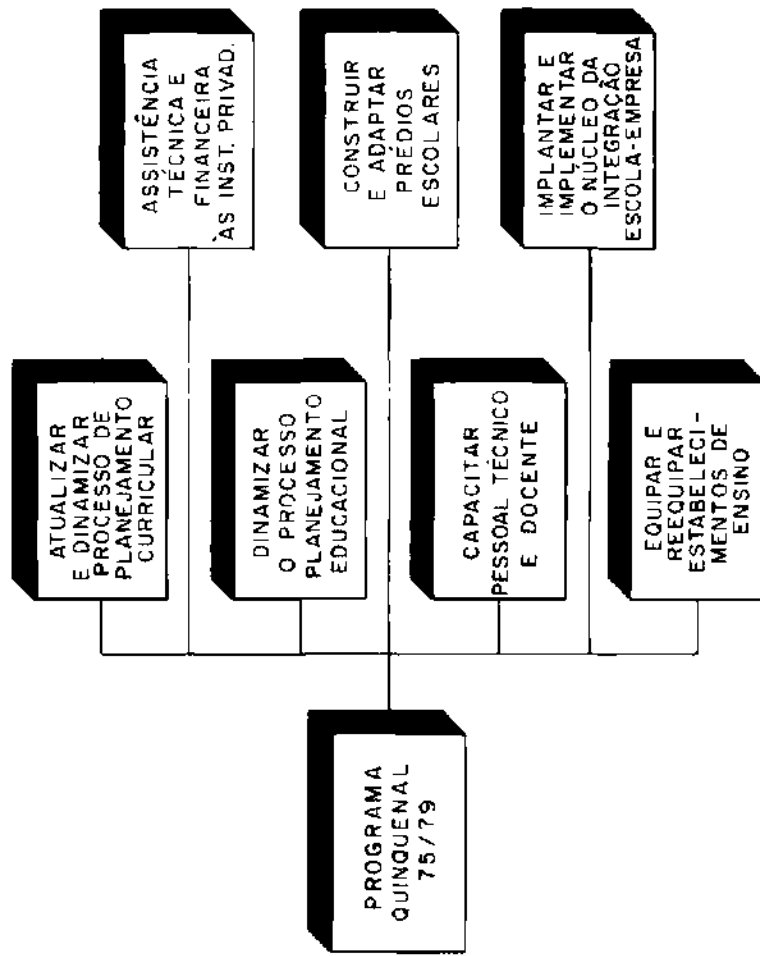
No presente Plano Setorial da Educação e Cultura 1975/79 dois projetos abordam a área: um com o objetivo precípua de atender às Secretarias de Educação, assessorando-as no processo de planejamento global e o outro para assistir às Instituições Privadas que atuam no ensino de 2º grau, assegurando-se a integração das duas redes, a oficial e a particular, num todo orgânico.

Através desses dois projetos, pretende-se dar continuidade à ação do Projeto ASTECA, dinamizando o referido processo global de planejamento nos Estados, Territórios e Distrito Federal. Será dado assessoramento aos órgãos executores do ensino das SECs, apoiando-os técnica e financeiramente, e realizando estudos e pesquisas que contribuam para aperfeiçoar e acelerar o processo de implantação do ensino de 2º grau (pesquisa de mercado de trabalho, elaboração de documento relativo ao processo de planejamento educacional).

No Projeto de "Assistência Técnica e Financeira às Instituições Privadas", dar-se-á especial relevo à necessidade de integração e interação dessas Instituições com as Secretarias de Educação, evitando-se a duplicação de esforços para fins idênticos e proporcionando-se um atendimento ordenado à demanda de 2º grau. Os subprojetos dessa área só serão atendidos depois da aprovação das SECs, comprovando-se sua importância dentro do Planejamento Global da Unidade Federada.

<b>1</b>	INTRODUÇÃO
<b>2</b>	O ENSINO DE 2º GRAU
<b>3</b>	PAPEL DO DEM
<b>4</b>	DIFICULDADES
<b>5</b>	DIRETRIZES
<b>6</b>	PSEC/75-79 - DEM
<b>7</b>	PROGRAMA QÜINQÜENAL /GO
<b>8</b>	PLANO OPERACIONAL - GO/1975
<b>9</b>	CONCLUSÃO





## 7-0 ENSINO DE 2º GRAU DO ESTADO DE GOIÁS - PROGRAMAÇÃO QÜINQÜENAL 1975/79.

Na elaboração do Programa Qüinqüenal para o Estado de Goiás, a Secretaria de Educação identificou, em seu diagnóstico, pontos de estrangulamento, decorrentes das situações abaixo descritas.

1. Apenas uma média de 40% dos professores do ensino de 2º grau do Estado de Goiás são portadores de Licenciatura Plena. Não há pessoal preparado para as disciplinas de Formação Especial referentes aos três setores da economia. Por outro lado, um dos maiores fatores de desestímulo ao docente é o baixo salário que percebe tanto o professor de Educação Geral como o de Formação Especial.

2. Evidencia-se a inexistência de uma sistemática de Planejamento Curricular que vise promover e incentivar a melhoria dos Currículos Escolares, a fim de adaptá-los à transformação gradativa do ensino acadêmico para o profissionalizante.

3. Há necessidade de manter e atualizar a Equipe que atuará no 2º grau, num processo dinâmico e permanente que possibilite um melhor nível de desempenho.

4. A rede particular atende cerca de 30% da clientela de 1º e 2º graus; urge, portanto, prestar cooperação técnica e financeira às Instituições Privadas.

Objetivos do Programa Qüinqüenal 75/79.

Baseando-se nas observações anteriores, a programação do Estado de Goiás propõe 7 (sete) metas a serem atingidas no qüinqüênio 75/79, relativos ao ensino de 2º grau.

1. Atualizar e dinamizar o processo de planejamento curricular:
  - realizar estudos sobre a realidade educacional do Estado;
  - acompanhar o desenvolvimento dos Currículos nas escolas, objetivando sua constante atualização e adequação às necessidades da região e interesses dos alunos.
2. Dinamizar o processo de planejamento educacional.
  - Sistematizar estudos e desenvolver técnicas para elaboração de projetos de modo a permitir maior rentabilidade na aplicação de recursos, além de possibilitar a oferta de cursos de planejamento educacional condizentes com a realidade regional e adequados às suas condições sócio-econômicas.
3. Capacitar pessoal técnico e docente.
  - Prover recursos humanos necessários à implementação dos projetos de modo a permitir uma implantação efetiva do ensino de 2º grau.
4. Equipar e reequipar estabelecimentos de ensino.
  - O ensino de 2º grau, na forma concebida pela Lei 5692/71, exige uma reformulação total de métodos e técnicas de ensino que demanda, por sua vez, o reequipamento das unidades educacionais. Assim, torna-se necessário um programa amplo de equipamentos novos e reequipamento das escolas que se engajaram no espírito da reforma.
5. Prestar cooperação técnica e financeira às Instituições Privadas.
  - A destinação de recursos federais para estabelecimentos de ensino da rede particular efetivar-se-á em consonância com o planejamento global do sistema estadual. Deste modo, impõe-se a constituição de uma equipe para assistir tecnicamente os estabelecimentos particulares de ensino de 2º grau, para a montagem de projetos de habilitação à concessão de auxílios financeiros federais.

6. Construir e adaptar prédios escolares.
  - A demanda crescente de matrículas no ensino de 2º grau exige a adaptação e/ou construção de novos estabelecimentos de ensino de modo a expandir a capacidade de atendimento.
7. Implantar e implementar o Núcleo de Integração Escola-Empresa-Governo.
  - O Projeto Integração Escola-Empresa já demonstrou, nas Escolas Técnicas Federais, sua viabilidade e potencialidade como instrumento educacional. O fluxo escola-empresa, via aluno-estagiário, torna possível a permanente avaliação da escola, como instituição de ensino profissional. É, também, para as empresas uma forma segura de recrutamento de técnicos. À medida que aumenta o número de habilitações profissionais oferecidas pelo sistema de ensino de 2º grau, surge a necessidade de um redimensionamento daquele serviço, sendo indicada sua implantação na Secretaria de Educação, de modo a atender igualmente a todos os estabelecimentos escolares.

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>
<b>2</b>	<b>O ENSINO DE 2º GRAU</b>
<b>3</b>	<b>PAPEL DO DEM</b>
<b>4</b>	<b>DIFICULDADES</b>
<b>5</b>	<b>DIRETRIZES</b>
<b>6</b>	<b>PSEC/75-79 - DEM</b>
<b>7</b>	<b>PROGRAMA QUINQUENAL/GO</b>
<b>8</b>	<b>PLANO OPERACIONAL - GO/1975</b>
<b>9</b>	<b>CONCLUSÃO</b>

## PLANO OPERACIONAL- GO

1  
9  
7  
5

REFORMULAÇÃO DE CURRÍCULO

SISTEMATIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO  
EDUCACIONAL

CAPACITAÇÃO DE  
RECURSOS HUMANOS

EQUIPAMENTO DE ESTABELE -  
CIMENTOS DE ENSINO DE 2º GRAU

## 8 - PLANO OPERACIONAL - GO/1975

O Plano Operacional consiste no detalhamento, a partir do Programa Quinquenal, da ação conjunta SEC/DEM/MEC a ser desenvolvida durante o exercício financeiro vigente.

A programação constante do Plano Operacional 1975, para o Estado de Goiás, inclui os seguintes projetos, que objetivam especificamente:

1. "Reformulação de Currículo do Ensino de 2º grau":
  - avaliação e adequação de documentos elaborados, face às exigências do aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem;
  - subsídios para a elaboração dos currículos plenos pelas Escolas;
  - condições de manter a equipe técnica de currículos da SEC (complementação salarial);
2. "Sistematização e dinamização do processo de planejamento educacional do 2º grau":
  - aperfeiçoar e atualizar a equipe de planejamento de ensino de 2º grau;
  - oferecer condições de permanência, na SEC, dos técnicos (complementação salarial);
  - aperfeiçoar os mecanismos de elaboração, acompanhamento, controle e avaliação de projetos.
3. "Capacitação de Recursos Humanos para o Ensino de 2º grau":

- aperfeiçoar o pessoal técnico dos Núcleos de Supervisão Pedagógica, Currículo e Orientação Educacional;
  - habilitar pessoal docente da área de formação especial dos cursos de Contabilidade, Administração de Empresas, Enfermagem, Laboratorista Médico, Secretariado, Análises Clínicas e Administração Escolar.
4. "Equipamento de Estabelecimentos de Ensino de 2º grau":
- equipar 7 (sete) escolas de 2º grau com escritórios-modelo;
  - equipar 2 (duas) escolas de 2º grau com salas especiais de didática.



- 1 INTRODUÇÃO
- 2 O ENSINO DE 2º GRAU
- 3 PAPEL DO DEM
- 4 DIFICULDADES
- 5 DIRETRIZES
- 6 PSEC/75-79 - DEM
- 7 PROGRAMA QÜINQÜENAL/GO
- 8 PLANO OPERACIONAL - GO/1975
- 9 CONCLUSÃO**

## 9-CONCLUSÃO

Ao desenvolver este trabalho, procurou-se conceituar o ensino de 2º grau de acordo com a Lei 5.692/71 e delinear sua estratégia de implantação de modo a atender às necessidades regionais, adequando-a às disponibilidades de recursos existentes. Ofereceram-se diretrizes básicas, a fim de subsidiar a ação decisória nos diferentes níveis da administração do ensino e, para uma visão perspectiva, listaram-se os principais projetos do Programa Quinquenal 75/79, seus objetivos e justificativas, bem como os do Plano Operacional — 1975, do Estado de Goiás.

Aos Inspetores de Ensino, elementos de ligação entre o nível Estadual (Secretaria de Educação e Cultura) e o local (Estabelecimentos de Ensino), a quem cabe a difícil tarefa de assegurar a ação conjunta e a integração de esforços dos vários níveis da administração, o Departamento de Ensino Médio do Ministério da Educação e Cultura espera ter dado contribuição para maior eficiência no desempenho de suas atividades em prol da Educação no Estado de Goiás e no País.

Impresso em Brasília  
SAN-Atas Gráficas Ltda.  
CLS - 414 - Bloco C - Loja 13/15  
Fones: 43-0206 - 43-3966

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)